

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC**

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA 399

Aos 16 dias do mês de junho de 2011, com início às 10h, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a trecentésima nonagésima nona reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sob a presidência de Renata Sunega e com a presença dos seguintes conselheiros: Ricardo Luiz Bueno Ferrari, titular do Gabinete do Prefeito Municipal – Luis Mokiti Yabiku, Octacílio Dias de Almeida, titular e suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo – Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura – Rosana Guimarães Bernardo, titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – Flávio Gordon, suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Daisy Serra Ribeiro, Antonio Henrique Felice Anunziata, Fabíola Rodrigues, titular, primeiro e segunda suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Luís Fernando Amaral Binda, suplente do Sindicato Rural de Campinas – Mirza Maria Baffi Pellicciotta, suplente do Conselho Municipal de Turismo – Marcelo Alexandre Juliano, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Jamil Cury Sawaya, titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC – André Munhoz Argollo Ferrão, titular da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Jorge Alves de Lima, suplente do Centro de Ciências, Letras e Artes – Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Regina Márcia Moura Tavares, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Renato Ferraz de Arruda Veiga, titular do Instituto Agrônomo de Campinas – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa – Welton Nahas Cury, titular da HABICAMP – Armando de Almeida Filho, suplente do Sindicato da Indústria e Construção Civil – SINDUSCON – João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura – AREA – Neiva Sueli Pivetta, titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI – Mariana Lemos Saldini, titular de Museologia – Roberto Curcio de Carvalho, titular da Sociedade dos Amigos da Cidade de Campinas – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas – Olga R. de Moraes Von Simson, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC – Adriana Flosi, titular da Associação Comercial e Industrial de Campinas – ACIC – Herberto Aparecido Guimarães, conselheiro emérito.

EXPEDIENTE: Apreciação das Atas 397 e 398 – **APROVADAS. COMUNICAÇÕES DO**

PRESIDENTE: A presidente Renata Sunega abre a reunião explicando que alguns representantes da Ponte Preta vieram para a reunião e os informou que não podem participar. Mas a preocupação deles, na verdade, é no sentido de coibirem alguma possível movimentação de alguns torcedores. É uma questão de preservar os Conselheiros. Após o início da reunião se retirarão. Passa para a **ORDEM DO DIA: a - Homologação de abertura "ad referendum", do Processo de Estudo de Tombamento nº. 003/11 - "03 Locomotivas: 02 locomotivas fabricadas em 1948, de número 3136, oriunda da antiga Cia. Mogiana e 01 locomotiva ALCO RSD-8, de 1953, número 3503, oriunda da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro",** sendo que as mesmas deverão permanecer no Pátio da Estação onde se encontram. Apresentação pelo historiador Henrique Anunziata, técnico da CSPC.

Explica que foi aberto este processo, pois as 03 Locomotivas estavam na iminência de serem retiradas. O conselheiro Herberto Guimarães pede esclarecimentos se ao ser aberto o processo as locomotivas permanecem em Campinas. A presidente Renata Sunega diz que se não fosse aberto o processo de estudo de tombamento elas seriam retiradas de Campinas. O conselheiro Herberto Guimarães explica que uma abertura "ad referendum" deve ser homologada logo na primeira reunião. O Conselho referenda permanecendo aberto o processo. O conselheiro Sérgio Caponi fala que nada se sabe sobre as Locomotivas. O conselheiro Herberto Guimarães diz que não há prejuízo ao se abrir um processo de estudo. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira enfatiza que é um patrimônio em risco. A presidente Renata Sunega coloca em votação a abertura "ad referendum" do Processo de Estudo de Tombamento das "03 Locomotivas". **O Conselho HOMOLOGOU por unanimidade a abertura "ad referendum" do Processo de Estudo de Tombamento nº. 003/11 - "03 Locomotivas: 02 locomotivas fabricadas em 1948, de número 3136, oriunda da antiga Cia. Mogiana e 01 locomotiva ALCO RSD-8, de 1953, número 3503, oriunda da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro",** sendo que as mesmas deverão permanecer no Pátio da Estação onde se encontram. **b - Apresentação de Estudo para Tombamento do Processo nº. 001/11 - "Estádio Moisés Lucarelli"** da Associação Atlética Ponte Preta – localizado no Bairro Ponte Preta. *Equipe Técnica:* Joaquim Arruda Penteado Neto; Fabíola Rodrigues; Rita Francisco. Apresentação pela especialista cultural Fabíola Rodrigues, técnica da CSPC. A presidente Renata Sunega explica que o estudo do Estádio da Ponte Preta foi feito pelos técnicos da CSPC Fabíola Rodrigues e Joaquim Arruda Penteado. Passa a palavra para a técnica Fabíola Rodrigues para apresentação: "O surgimento do clube PONTE PRETA está diretamente ligado ao crescimento da cidade de Campinas. Em 1870, deu-se início à construção da "Cia. Paulista de Estradas de Ferro" de Jundiaí a Campinas. A instalação dos trilhos requiritava a construção de uma ponte. A ponte era de madeira, e para melhor conservação, revestida com betume e pó de coque. Assim, enegrecida, surgiu a ponte preta. A partir daí, em 1872, a região em torno da ponte virou o Bairro Ponte Preta. A Associação Atlética Ponte Preta surgiu em 1900, graças a alguns alunos do colégio Culto à Ciência, que praticavam futebol no bairro da Ponte Preta, sendo portanto o time mais antigo do estado de São Paulo. Hoje, no lugar do primeiro campo localiza-se a Igreja de Santo Antônio. O atual campo é o estádio Moisés Lucarelli também conhecido como Majestoso. O apelido de Majestoso foi dado pela grandiosidade da construção para a época. Em sua inauguração, em 1948, era um dos maiores do Brasil, com capacidade para 35.000 espectadores, perdendo apenas para o Pacaembu (70.000), em São Paulo, e, o de São Januário (40.000), no Rio de Janeiro. Em imagem do final da década de 40 mostra-se a ocupação do bairro Ponte Preta em torno do estádio já implantado. A memória e a formação do bairro estão muito ligadas à presença da ferrovia e do Majestoso. A história do estádio da Associação Atlética Ponte Preta começou em 1944, quando os amigos Olímpio Dias Porto, José Cantúcio e Moisés Lucarelli reuniram Cr\$ 50.000,00 para comprar um terreno onde sonhavam construir um grande estádio de futebol para seu time. A construção era uma prioridade, já que a Ponte havia perdido o seu estádio em 1931, quando, não conseguindo pagar as dívidas com a construtora responsável pela obra, entregou o imóvel localizado à Avenida Júlio Mesquita. Em 06/05/1944, na sede social do clube, à Rua Barão de Jaguara, foi assinada a escritura definitiva de compra do terreno de 30.000 m², quase pantanoso, na Chácara Maranhão, desmembrada da Chácara Proença, pelo preço de Cr\$ 105.000,00. Em pagamento foram dados os 50 contos de réis juntados pelos três amigos torcedores, e, os Cr\$ 55.000,00 restantes doados pelos proprietários para a Associação Atlética Ponte Preta. A Pedra Fundamental do

estádio foi lançada em 13 de agosto de 1944 com a presença de cerca de 5000 pessoas segundo reportagem do jornal Diário do Povo de 17/08/1944. No início de 1945 começam os trabalhos de terraplanagem do terreno. Na época, a dificuldade de conseguir as máquinas para a terraplanagem era muito grande e foi necessário solicitar ajuda ao então interventor federal do estado de São Paulo, Dr. Fernando Costa, que atendeu prontamente. Em fins de 1947 os trabalhos foram concluídos. Em 1947 começam as obras do estádio, com a entrega do material, resultado das diversas campanhas e doações recebidas de torcedores e empresários da cidade. O Jornal Correio Popular veicula as seguintes matérias: **(Correio Popular, 09/janeiro/1947)** – **“Cooperação pró estádio da A. A. Ponte Preta** - Com algumas dezenas de milhares de tijolos e outros materiais em seu poder, iniciará agora a Associação Atlética Ponte Preta a fase mais ativa da campanha que visa à construção de seu estádio. Após haver lutado com incalculável número de dificuldades de toda ordem que tem retardado o desenvolvimento do trabalho, conseguiu a veterana agremiação esportiva finalizar a primeira etapa de sua tarefa, que consistiu na canalização de águas, remoção de terras e nivelamento do terreno. O que foi feito até agora representa parcela mínima do que está por fazer até o fim. Necessário se torna apelar para a compreensão de todos, a Comissão Pró Estádio da Ponte Preta fará distribuir lista de angariação de fundos, contribuindo, portanto, para o engrandecimento de Campinas”. **(Correio Popular, 21/abril/1947)** - **Caravana do tijolo no Estádio Pontepretano** – “No próximo domingo a Veterana A. A. Ponte Preta irá promover mais uma sugestiva "caravana do tijolo". Cerca de 50 caminhões passarão pela cidade numa demonstração pujante do esforço hercúleo que desenvolve o clube de futebol mais velho do Brasil, para a construção da sua magnífica praça de esportes que tanto irá enriquecer o patrimônio urbanístico de Campinas. O trabalho da construção do estádio já passou da fase inicial para a fase da construção propriamente dita. Já se encontra em andamento a drenagem do campo de futebol e da pista de corrida. A drenagem será uma das melhores ou talvez a melhor que já se construiu no Brasil, em praça de esportes, posto que está sendo feita debaixo da mais rigorosa técnica moderna, sendo usados 1.800 metros de tubos”. **(Correio Popular, 10/set/1947)** **"Cadeiras Perpétuas"** – “A comissão Pró-Estádio da Associação Atlética Ponte Preta está procedendo a venda das "Cadeiras perpétuas" do futuro estádio e vem obtendo amplo sucesso, pois cada dia que passa mais aumenta o número de adquirentes. Essas localidades especiais, que oferecem aos compradores a sua posse por toda a vida, estão sendo vendidas pelo preço de Cr\$ 2.000,00”. A construção do estádio deve-se aos apaixonados torcedores do time que ergueram a edificação em sistema de mutirão. Em 05/05/1947 organizou-se o 1º mutirão de pedreiros. Um veículo passava pela Rua Barão de Jaguara para recolher a doação do material, e, aos finais de semana, os próprios torcedores e diretores do clube trabalhavam na obra. Os responsáveis pelo projeto foram os engenheiros Alberto Giordano Ribeiro e Eduardo Edargê Badaró. O projeto foi aprovado na Prefeitura Municipal em 05/08/1947. No dia 7 de setembro de 1948 acontece uma missa campal, e em 12 de setembro de 1948, a inauguração oficial do estádio com uma partida da Ponte Preta contra o XV de Piracicaba. Na ocasião, o estádio se encontrava inacabado - as duas arquibancadas laterais e boa parte da fachada estavam prontas, porém, faltava o fundo. Ficou totalmente pronto somente em 1950. Em 1951, a Federação Paulista de Futebol, devido à construção do Majestoso, coloca a Ponte Preta na 1ª Divisão do Campeonato Paulista. Com capacidade para 35 mil espectadores, o estádio foi construído em seis anos, com doação de material e mão de obra de aficionados do clube. Atualmente teve sua capacidade diminuída para cerca de 20 mil pessoas, a fim de proporcionar maior conforto e obedecer às novas determinações legais. **1- JUSTIFICATIVA PARA O**

TOMBAMENTO - O tombamento do estádio Moisés Lucarelli deve ser entendido a partir de um quadro que englobe, além de seus atributos materiais, a recente tendência de ampliação daquilo que é considerado patrimônio. Patrimônio *cultural* e não *histórico*, faz-se necessário dizer, acepção que por si só já demonstra tal alargamento: não se trata de um bem notável apenas por sua antiguidade, excepcionalidade ou monumentalidade, mas sim por sua relação intrínseca a um determinado grupo social, que o considera um "*lugar de memória*". Nos dizeres de Pierre Nora (1993), a sociedade contemporânea, havendo perdido os canais de memória que existiam na sociedade tradicional, tem de criar lugares nos quais essa memória seja preservada. Nesse sentido, o estádio é um lócus privilegiado, possibilitando a várias gerações desfrutar outro importante patrimônio cultural brasileiro: o futebol. Assim, pode-se dizer que qualquer estádio é, ao menos para os torcedores e frequentadores assíduos, um patrimônio cultural. Mas no caso do Moisés Lucarelli, essa dimensão é ultrapassada e a pretensa preservação do estádio adquire outra nuance, para uma camada muito mais ampliada da sociedade. Em primeiro lugar, a história de sua construção, patrocinada pelos próprios pontepretanos, é "*sui generis*". Não bastasse isso, os encarregados pela obra não se contentaram em fazer um campo qualquer. Além da escala, que lhe fez ganhar o título de *Majestoso* estádio, sendo em sua época o terceiro do país, o campo ganhou contornos "*art déco*", mostrando a consonância de seus projetistas com os princípios estéticos do período. Conforme dizeres da Especialista Cultural, técnica da CSPC, Rita Francisco: "Do ponto de vista urbanístico, o estádio, implantado acertadamente em um fundo de vale, acabou por orientar o traçado do bairro que o circunda. Até hoje, aliás, a edificação permanece visível de vários pontos mais altos do entorno, devido à escala reduzida das residências à sua volta, com quem convive pacificamente. Pelos motivos expostos, o tombamento do estádio Moisés Lucarelli somente se justifica com a preservação total da edificação e a possibilidade de seu usufruto como espaço de encontro e, por que não, de troca de memórias. Não se quer dizer com isso que se deva impedir a modernização do estádio. Ao contrário, a manutenção e a melhoria do espaço são saudáveis e fundamentais para a garantia da continuidade de seu uso".

2 - JUSTIFICATIVA PARA O TOMBAMENTO - A curiosidade, o interesse e as veementes manifestações de apoio e de repúdio à abertura do estudo de tombamento do estádio Moisés Lucarelli evidenciam um acontecimento surpreendente: a política patrimonial tocou a delicada epiderme de um *monumento*. Nos termos precisos e sensíveis de Françoise Choay (2001), o monumento refere-se "àquilo que evoca a lembrança de alguma coisa. Para o monumento, a dimensão afetiva é fundamental (trata-se de tocar pela emoção uma memória viva) e a especificidade do monumento deve-se, exatamente, ao seu modo de atuação sobre a memória, à sua capacidade de invocá-la, de vibrá-la, de colocá-la em movimento. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza (...). Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos" (p. 18). Nos seus próprios dizeres (Fabíola Rodrigues) - A prática patrimonial em Campinas ainda enfrenta dificuldades para avançar na preservação de edifícios não excepcionais, que interessam como bens culturais por sua significação simbólica e afetiva para grupos sociais específicos, não raras vezes, socialmente modestos. Essa constatação dá a medida da real dificuldade de se democratizar a política patrimonial, pois se o monumento histórico serve, justamente, de suporte à memória afetiva, uma política pública de preservação e gestão do patrimônio cultural deve se mostrar atenta e sensível à pluralidade de representações sociais e culturais, capaz de selecionar da massa de bens passíveis de preservação, existentes na paisagem, um conjunto de elementos consistente e representativo dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que dão inteligibilidade à

(trans)formação da paisagem urbana. **PROPOSTA PARA O TOMBAMENTO:** I. Tombamento do estádio Moisés Lucarelli, com possibilidade de modernização de suas arquibancadas, área social e gramado, com projeto previamente analisado e aprovado pelo CONDEPACC. II. A Área Envolvória é zero. **ELEMENTOS PROTEGIDOS NO TOMBAMENTO:** **1. Fachada frontal externa em estilo art déco; 2. As duas torres (fachadas e volumetria); 3. A entrada do estádio; 4. O salão nobre situado acima da entrada; 5. As escadas internas de acesso às torres e ao salão nobre**". A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro pede para dar uma explicação antes do início do debate. A discussão da equipe da CSPC é técnica. Nos últimos tombamentos houve muita discussão dentro de equipe inclusive na forma de apresentação dos trabalhos. As discussões são teoricamente fundamentadas. Após as longas discussões o que prevalece em termos de posição, é o parecer da equipe como um todo e não uma questão administrativa pela coordenadoria. É feita a apresentação e o Conselho tem a liberdade para deliberar. O conselheiro Herberto Guimarães avalia que o parecer da equipe técnica da CSPC é para o tombamento total com preservação das áreas frontais, podendo haver interferências para modernização. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares pede um esclarecimento técnico: se ao final da discussão for definido um tombamento parcial, podemos estabelecer várias diretrizes? A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro explica que não há possibilidade de se ultrapassar o poder de Lei, qualquer deliberação quanto à diretrizes e área envolvória compete ao Conselho. O conselheiro Sérgio Caponi elogia e parabeniza a apresentação e o parecer da equipe técnica da CSPC não só pelo conteúdo técnico e teórico, mas pelo parecer bem fundamentado e corajoso. Quem esteve envolvido na construção do Estádio, está homenageado. Falou-se o que devia. O conselheiro Herberto Guimarães registra Moção de Elogio à equipe técnica pela apresentação. O conselheiro Sérgio Caponi conta que foi receber no TAO (teatro de Arte e Ofício) Renata Pallottini que fez uma palestra sobre Teatro Grego, especificamente a trilogia Oréstia, de Esquilo, que tinha um dilema, vingar a morte do pai, matando a mãe. Estamos na mesma situação – manter o Moisés Lucarelli vivo independente de pressões – é uma encruzilhada histórica. Se não for feita a venda, o Estádio tem toda a probabilidade de acabar. Pede que todos os Conselheiros prestem muita atenção neste momento histórico que trata também de uma questão visual. Poderíamos até pensar por outro lado que a venda do Estádio poderia reverter em um estádio mais moderno. Demolir um estádio é ficar sem estádio nenhum. A conselheira Rosana Bernardo diz que continuando na linha do conselheiro Caponi parabeniza a equipe pelo trabalho fantástico. Uma questão é o processo de tombamento. Outra questão é se está havendo a preocupação com o possível uso. É possível ocorrer outra atividade que não seja a esportiva. Tem ouvido sobre a necessidade da venda para recuperação, pois o Clube está sem verba. O local é zona 18 que pede ocupações específicas. Através da transferência de potencial construtivo o Clube pode auferir lucro para a subsistência. Continuando diz que tem uma dúvida quanto ao que podemos permitir para o local, comércio, prestação de serviço? O conselheiro Marcelo Juliano diz que o trabalho apresentado foi muito bem feito. Como torcedor tombaria o Guarani. Como arquiteto e urbanista não tomba nenhum dos dois Estádios. O Estádio da Ponte Preta não está dentro dos padrões da FIFA, se o time for para uma Libertadores, o jogo não poderá ser feito no local. O Moisés Lucarelli, apesar de ter uma história muito bonita, não é o primeiro estádio da Ponte. A manutenção dele é condenar o Clube. Tombar qualquer dos dois estádios é jogar um ônus muito grande. Sinceramente acha que não deveria ser tombado. Quando têm jogos, além do problema de estacionamento, os geradores das emissoras de TV ficam na rua. Não vê sentido nisso. Não torce pelo Estádio, mas pela Associação Atlética Ponte Preta. Vamos

viver de lembranças? A presidente Renata Sunega diz que é contra o que foi proposto. É temerário se tombar, é contra o progresso. Como Secretária de Cultura é favorável ao tombamento parcial mantendo um pedaço da Ponte Preta dos torcedores. Neste tombamento parcial é possível o Clube montar um Museu da História da Ponte. O tombamento parcial seria entre torres, mantendo uma parte da história, onde todos saberão que era um Estádio. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares parabeniza pela apresentação. Acha interessante a guinada que o assunto deu, saindo da monumentalidade entrando no significado do patrimônio intangível. Acha lindo quando a população se manifesta. O povo deve aprender a lutar pelo que acha necessário lutar; lutar pelos seus valores. Não acha isso pressão. Se sente livre. Quando vem ao Conselho, quer ouvir os Conselheiros, aprender, debater; isso é exercício da dialética. Precisa-se falar sim, debater. Aprender conjuntamente. Continuando diz que sua posição com relação ao Estádio não está só na tangibilidade. Não há necessidade de se tombar um estádio completo, uma casa completa. Propõe que mais do que tombar pedra e cal, tombe-se parcialmente para a identificação de um grupo, uma parcela de campineiros. Optar por tombar parcialmente e insistir para que no espaço tombado se ouça em outras linhas, fazendo um museu, permitindo que o Bairro ocupe esse espaço e a população de identifique. Que o Bairro se sinta valorizado, pois é na auto-estima que se coloca a semente da cidadania. É favorável ao tombamento parcial com a instalação de um museu que interaja com a população. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos primeiramente que parabenizar o trabalho colocando também que o pessoal técnico está se aprofundando mais no estudo, na pesquisa, se preocupando mais. O trabalho está formidável, parabéns. A cada dia que passa conseguimos resgatar a história de forma mais consciente. O CONDEPACC não é contra a cidade, mas um órgão a favor da cidade. Com relação ao Estádio não tem uma posição, fez o pedido de tombamento, apesar de ser bugrino. Sinceramente se alegraria com o tombamento total do Estádio se o mesmo pudesse ser modernizado. Reconstruíram e preservaram o Estádio do Atlético do Paraná. Não conhece a arquitetura de Estádio de Futebol, da parte da drenagem; se há condições de fazer 2 ou 3 subsolos. Se houver uma possibilidade arquitetônica, se for viável a modernização, aí sim, seria interessante o tombamento parcial. O conselheiro Marcelo Juliano diz que no Jardim Eulina existe o espaço para a construção de um novo estádio. A conselheira Rosana Bernardo diz que é factível em outros locais do mundo, mas uma questão que a incomoda é liberação para verticalização. Acha que determinadas questões como a política de transporte, a física, necessita de um aporte. O conselheiro Marcelo Juliano coloca que o zoneamento em volta se refere a zona 6, 17 e 12. A conselheira Rosana Bernardo pede para concluir, pois lhe foi concedido um aparte. As políticas têm que trabalhar integradas. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos coloca que no Guarani Há maiores condições de outros empreendimentos do que na Ponte Preta. Como diz o conselheiro Sérgio Caponi, é um vespeiro. Quando a Ponte perdeu seu primeiro Estádio (ainda existe uma parede) ficou muito tempo sem. Em um recorte de jornal há uma matéria do TIME DAS 11 CAMISAS. Por todas as questões técnicas e econômicas é muito simplista abrir mão do Estádio. Talvez se pudesse fazer uma campanha para levantar recursos, pois 70 milhões pelo espaço, 110 milhões para construir, 20 milhões para pagar dívida; vai faltar muito dinheiro. Nós estamos nos mobilizando, a decisão do Conselho não é para favorecer ou prejudicar a Ponte Preta. Temos que avaliar todas as situações. Salvaguardar a fachada, parte da arquibancada, talvez sugerir um Teatro de Arena com empreendimentos nos fundos como o Estádio do Arsenal. A princípio manter as fachadas, o teatro de arena e liberar o restante. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira cumprimenta dando bom dia e diz entender a posição do amigo, profissional e conselheiro. Coloca que o Coliseu é patrimônio

cultural com outro uso; o Corinthians nem estádio têm. Parabeniza a apresentação da equipe da CSPC. Faz uma preposição do Bairro da Ponte Preta com relação ao Cometa Halley – nome da primeira pessoa que determinou a órbita – deu-se o cometa a ele. O nome oficial Bairro Ponte Preta ou Bairro da Ponte Preta, foi com a relação de sentimento, de pertencimento. A preposição é um reforço do tombamento. A Swift continua sendo independente da empresa. Devemos pensar na dinamização dos nossos patrimônios. Devemos aproveitar o que der. O conselheiro Roberto Simionatto esclarece que muitos de nós – Conselheiros – fomos procurados e pressionados. Evidente que a polêmica não é se vai haver campo novo. O Presidente atual da Ponte tem um crédito de 75 milhões conforme publicado no Jornal Correio Popular. O medo é ficar sem Estádio, é o medo do torcedor. O Conselho não tem como elaborar um documento que assegure que um novo estádio será construído. O presidente tem um crédito, vende-se o Estádio, há um ressarcimento e haverá necessidade de recursos do BNDES para a construção de um novo estádio. Questiona se nós, enquanto CONDEPACC, não temos como amarrar preservando um pedaço dele e assegurando que o novo seja construído. Entende que a defesa de muitos pelo tombamento se deve ao medo. O conselheiro Herberto Guimarães expõe que não é jurisdição do CONDEPACC, não temos enquanto Conselho dar designação de destino do dinheiro. A par disso, o movimento popular é com o Ministério Público. O conselheiro Marcelo Juliano explica que os 70 milhões não passam pelo caixa do Clube, não serve para ressarcir o Presidente. O conselheiro Sérgio Caponi coloca que hoje não é o caso de se confiar. Existe alguma coisa que deve ser preservada para a população. Parte do princípio que devemos nos restringir ao bem, ao problema da Ponte Preta. Temos que discutir a história. A conselheira Olga Von Simson enfatiza a necessidade de hoje se preservar o direito a memória das classes populares. O “derby” nos remete a um mergulho profundo lembrando a rivalidade das torcidas e em um contexto mais amplo vai buscar os locais onde se encontram os dois Estádios. Em um contexto visual, um material muito bonito, o espaço e as casas de classe média. Opta por um tombamento parcial, mas evitando a construção de um paliteiro de prédios que descaracterizariam o bairro. O Conselho adotando medidas restritivas minimizando a intervenção e a repercussão. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira sugere um tombamento parcial com área envoltória mais restritiva. O conselheiro Herberto Guimarães diz que em sua fala quer se reportar ao trabalho apresentado pela CSPC – “bester”. Não representa nenhuma entidade, é conselheiro emérito por portaria, carrega tudo nos ombros justamente por não representar ninguém além de si. Advogou pelo conselho por 16 anos. O que estamos hoje aqui discutindo é se tombamos sentimento ou não, é o bem intangível, que tem no bem tangível, o sangue dos cidadãos, não está declarando voto. Na verdade não é um imóvel, não é questão só de pontepretano, é de toda uma população, é história de 100 anos. A realidade da história está no nosso colo. Temos que definir o que queremos defender e tomar o sentimento ou o prédio em si. Cada pessoa vê sob um prisma. Na sua percepção este sentimento deve ser preservado de alguma forma. Quanto à possibilidade e necessidade de se manter o estádio inteiro é uma questão de dinheiro. Podemos manter a história conjugando o moderno e o antigo. Foi um estrondo quando se deliberou manter uma fachada na Avenida Andrade Neves com a feitura de um prédio vertical. Continuando diz que a realidade do Conselho é a memória. A conselheira Rosana Bernardo colocou muito bem a questão do espaço/uso. O Teatro Castro Mendes é preservado enquanto espaço. A questão da memória não pode ir pelo ralo. A questão material é muito diferente. A conselheira Regina Márcia pede que se tenha a memória bem assentada para que seja preservada para a história. Entende que a preservação da memória é imprescindível. Quanto ao total, não concorda. O conselheiro Roberto Simionatto sugere que se discuta uma

parte hoje. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro pondera que o trabalho apresentado foi muito didático e bem pontuado. A presidente Renata Sunega diz que no momento da votação define-se. O conselheiro Herberto Guimarães coloca a necessidade de se ter ordem nas falas. A questão de horário não pode ser mais importante que a história de Campinas. Entende a inteligência da apresentação, a mesa pronta, mas nós escolhemos os pratos. Tudo foi colocado e nós, enquanto Conselheiros, podemos escolher o que tem que ir para o quadro e para a história. Os conselheiros Luis Yabiku e Ricardo Ferrari pedem licença para se ausentarem, mas deixam seus votos declarados. Conselheiro Luis Yabiku – vota pelo tombamento parcial. Conselheiro Ricardo Ferrari – vota pelo tombamento parcial. O conselheiro Welton Nahas Cury diz que vai externar o seu voto, pois precisa sair. Foi muito interessante a apresentação e o debate enriquecedor. Pertence a uma entidade e tem que preservar por ela, não está aqui como uma pessoa individual. Por uma questão urbanística visualiza que a cidade cresceu desordenadamente no entorno do Estádio. Em muitos casos é caótico ser vizinho do Estádio. Se for feita uma pesquisa com os moradores, muitas casas e escritórios foram vendidos após a morte dos genitores. Quanto ao patrimônio material, não vê relevância, qualquer bem fidejussório envolve parcerias, como por exemplo, a acessibilidade. O sistema de vazão de pânico é caótico. Há necessidade de um estudo de adensamento, de redes de água. Seu voto como urbanista é a preservação da memória com uma parte da fachada e a liberação do restante. O conselheiro Cláudio Orlandi diz que com relação ao seu voto a intenção era de se abster. Como outros Conselheiros já falaram, quer reforçar o que já foi dito quanto ao trabalho apresentado, que foi primoroso. E como muitos já falaram em outras situações, essas apresentações são aulas de história. Nunca foi pontepretano, mas se há algum ônus para nós, não é quanto ao dinheiro que não cabe ao Conselho ponderar. Muita gente está esperando para apontar. Mas concorda com as colocações e posturas quanto ao bem imaterial. E o Estádio da Ponte Preta tem mesmo essa questão imaterial. Para se manter a história, não há necessidade de se tombar o todo. O Estádio é fator aglutinador dos bairros. No começo era um espaço vazio. O marco da fachada é o movimento emocional a preservar. Na parte de trás há problemas estruturais. Estamos muito longe, pela cultura do nosso povo, querer fazer algo que a Inglaterra fez. Que a administração do dinheiro da venda seja fiscalizada pela população que está nos cobrando um posicionamento. É favorável ao tombamento parcial. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro quer em primeiro lugar agradecer pelos elogios à equipe da CSPC, uma equipe muito dedicada e estudiosa. A Mesa se posicionou quanto ao voto, portanto, vai se posicionar também. O tombamento do Estádio da Ponte Preta gerou uma longa discussão, de semanas, idas e voltas. A equipe tem amadurecimento e o Conselho bem representativo permitindo a equipe se posicionar com liberdade. A equipe trouxe um parecer para deliberação do Conselho. Vários Conselheiros já falaram e especialmente hoje com ousadia sobre outra forma de pensar o patrimônio histórico. Continuando coloca ser sua formação História. Se não houver essa liberdade e aprofundamento, todas as discussões seriam superficiais. Tudo isso é um marco para as gerações futuras. Pela longa carreira como funcionária pública e até por força da sua formação em História, tudo o que está sendo discutido hoje acredita poder ser visualizado como uma marca significativa. Um pensamento, uma história, é futebol, um dos elementos da cultura da população – é um sentimento quase que nacional. Se o Clube vai querer transferir o Estádio para outro local fuge das nossas mãos. A fachada bem determinada, o saguão de entrada, as bancadas, a estátua, isso dá para nós o significado histórico. É indiferente se a cidade no entorno vai se tornar uma Chicago do século XXI. Deve-se preservar no entorno o que é necessário para a visibilidade do bem. O símbolo

marcado vai permanecer dando conhecimento do que era. O Conselho pode incentivar o museu. Se o Clube vai deixar as arquibancadas ou não, não cabe a este Fórum. Agradece a paciência e o carinho em nome da CSPC. O conselheiro Jamil Cury diz ter orgulho em participar deste Conselho. Pela exposição seria ótimo tomar tudo, mas como pontepretano envolvido sabe que o campo está inviável, o vestiário, o estacionamento, está um horror. Para se fazer uma reforma seria necessário um valor monetário muito grande. Continuando diz que: "a História não é aquilo que eu quero, mas é o que eu posso fazer". Ultimamente na mídia todos os nomes estão sendo arrolados. O CONDEPACC é tudo isso e eu não sabia. Por tudo o que já foi dito coloca que sua posição é a da preservação da fachada com a perspectiva de museu. Se alguém quiser mais tempo é um direito, mas seu voto é pela preservação parcial. O conselheiro André Argollo comenta sobre a qualidade da apresentação feita que deixa claro, não o elemento estádio, mas da simbologia. A polêmica está posta. Qualquer posição terá repercussão, positiva ou negativa. Gostou tanto da apresentação que mudou seu voto pelo direcionamento da equipe. Na África do Sul foram construídos 10 Estádios que seguem o padrão da FIFA e que não mais são usados. Se é padrão da FIFA ou não, não é isso que devemos pensar. Santos no final da Taça Libertadores – Pacaembu – fora dos padrões da FIFA, Vila Belmiro, não padrão da FIFA – duvida que o Santos elimine a Vila. Tampouco deve passar por nós o futuro da Ponte, isso é uma questão administrativa, é atribuição de quem gerencia. A nós cabe entender se é patrimônio histórico ou não. Se a cidade deve abrigar essa história ou não. Continuando diz que o Conselho deve esquecer a questão financeira, o que importa é a destruição da integralidade do bem e se essa integralidade é interessante ou não para nós. Enfim, o que faz sentido preservar, a integralidade é importante ou não ou o melhor é a preservação parcial. Só para pontuar, o uso da Catedral, se for mudar, é interesse nosso ou não? Quer parabenizar a equipe da CSPC pela apresentação. A integridade do Estádio tem a ordenação do Bairro, da história "sui generis" como foi levantado. Para finalizar se reporta à estrutura do Estádio, se vai cair ou não – foi o que levou à demolição do Teatro de Campinas. A conselheira Rosana Bernardo diz que com relação à fala da Daisy, a mesma não tem que se desculpar, pois tudo foi muito bem colocado e situado em nossas discussões. Continuando fala que quando questiona o uso, é pela própria profissão; essas atividades permitem a interferência para o sítio, o local onde se assenta. A questão do tombamento e os encaminhamentos estão amarrados à questão do uso. A Lei de Transferência de Potencial Construtivo veio para ajudar a questão do tombamento, viabilizando. Todo o entorno do Estádio, deve ser pensado, pois no Planejamento se utiliza uma Lei de mais de 20 anos. Devemos estar pensando o que a Lei de Uso permite para o local. A conselheira e técnica da CSPC Fabíola Rodrigues diz que a colocação pela segunda vez com relação ao uso, é muito pertinente. Particularmente não acredita que se deva determinar o uso, é questão de respeitar o direito edilício. O mais apropriado no caso é o registro do patrimônio imaterial. Está muito satisfeita com a conversa do urbanismo com o patrimônio. Foi muito bem colocado que a ocupação do bairro foi feita por pessoas mais simples, de funcionários, em uma área de brejo e que isso ainda permanece. O conselheiro Herberto Guimarães pondera quanto a questão de uso citando dois exemplos em que o tombamento se deu sob essa perspectiva, o Teatro Castro Mendes e o Largo do Rosário. No caso, quanto ao uso de uma preservação arquitetônica, podemos recomendar. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares coloca que a legislação vigente não está atualizada. Está atrasada. Estamos diante desse impasse querendo garantir mecanismos de preservação de todo o Bairro. Está preocupada com a preservação do tangível e do intangível. A presidente Renata Sunega sugere colocar em votação, solicitando diretamente da Presidência do Clube alguns posicionamentos.

Não podemos vincular algumas questões na votação. A conselheira Olga Von Simson explica que se na verdade houver compreensão da Diretoria da Ponte, perceberão que a memória rende economicamente, é um reforço, é poder ganhar dinheiro. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares se oferece para conversar com a Diretoria do Clube orientando a feitura de um museu totalmente diferente do que costuma fazer no Brasil. O conselheiro Jorge Alves de Lima diz que faz parte da Ponte. Gostaria de pedir vistas do processo, mas é voto vencido. A presidente Renata Sunega pondera que o projeto foi apresentado e se manteve uma discussão até o momento. O conselheiro Herberto Guimarães diz que independentemente da motivação do Conselheiro, do tempo de discussão, legalmente pode ser pedido vistas e se determinar um prazo. Este prazo pode ser de cinco minutos. O conselheiro Jorge Alves de Lima pede para se expressar e quer que conste em ataque como pontepretano não impetrará mandato de segurança. O conselheiro Roberto Simionatto solicita que o conselheiro Jorge argumente, que coloque suas ponderações. A presidente Renata Sunega concede 10 minutos para vistas do processo. O conselheiro Jorge Alves de Lima pede 15 dias. A mesa concede 10 minutos para vistas do processo. O conselheiro Jorge Alves de Lima abre mão do pedido de vistas. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro pede que o conselheiro Jorge justifique sua fundamentação. O conselheiro Jorge Alves de Lima diz que representa o Centro de Ciência, Letras e Artes e seu voto é voto de colegiado e a Diretoria da sua entidade queria conhecer o projeto, manifestar a felicidade de ouvir seu pensamento, seu estudo, interpretar o sentimento pontepretano sem ajuda do poder público. Aquele Estádio tem história e o Bairro cresceu em função dele. Como pontepretano é triste vivenciar a questão comercial. A Ponte é permanente e permanece o Time das 11 Camisas. Este é seu argumento. Seu voto, o voto do CCLA é o tombamento conforme a apresentação que interpretou o sentimento de todos os pontepretanos. O conselheiro Herberto Guimarães faz homenagem à Ricardo Ferrari que foi construtor. O conselheiro Ricardo Ferrari diz que levou muito tijolo para o Campo da Ponte, assim como ajudou o Estádio do Guarani. Está falando do monumento que lá existe e se é boa hoje para a cidade de Campinas. Que o coração avalie se aquilo é propício para a Cidade nos dias de hoje. O restante compete aos associados destinarem. A nós compete tombarmos a fachada do Estádio, o restante é de competência dos associados; que dêem o destino que acharem melhor. Pede ao Conselho que tenha a consciência e avalie se aquela construção hoje é propícia para a Cidade ou não. Que se tombe a fachada e os associados que se reúnam e definam o que querem fazer. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares diz que respeita a ponderação do conselheiro Jorge, do CCLA de Campinas, sua paixão, sua fleuma. A questão é buscar mecanismos que revitalizem a memória, preservando uma parte do monumento existente. Existem estratégias. Para tranquilizá-lo questiona a possibilidade de se definirem diretrizes na Resolução de Tombamento. A conselheira Adriana Flosi quer reiterar as palavras de todos que fizeram elogios à CSPC. Se sente privilegiada por estar presente e participar de uma reunião de alto nível e acima de tudo esclarecedora. Representa o grupo da Associação comercial de Campinas e por esta instituição foi outorgada a si o voto. Já decidiu sobre seu voto, é pontepretana, não quer perder, não quer ser roubada da memória, da história. Temos que ponderar sobre o que é tangível e o que não é. Alguns Conselheiros e com muita propriedade a colocação de legalidade do conselheiro Herberto Guimarães nos levam à preservação do patrimônio histórico e da memória. Lembra o espaço onde existiu o Teatro Municipal, queria ter um mínimo de história para poder ver e mostrar. Não cabe ao conselho decidir o destino da Cidade. Se pudéssemos ter uma parte do Teatro, da Igreja do Rosário seria a realização de um sonho. Se tivermos um mínimo, um marco verdadeiro que não seja destruído poderemos nos sentir dentro da história. Vê essa

possibilidade com relação à Ponte Preta, uma possibilidade de verdadeiramente se preservar a história. Estas propostas é que fazem com que as pessoas construam vínculos. O que aqui foi posto é o que podemos fazer. O fato de tomarmos a frente, a fachada principal, não quer dizer que o restante terá que ser demolido ou que será demolido. O conselheiro Ricardo Ferrari pergunta ao conselheiro Jorge se não acha que o Conselho está usando de muito sentimentalismo em tombar a fachada? Pede que se coloque na posição de todos os Conselheiros que com todo o amor e carinho querem que se preserve a fachada e deixam aos próprios interessados que se posicionem quanto ao restante. A conselheira Adriana Flosi diz que para finalizar respeita a ponderação do conselheiro Jorge que por respeito a todos nós não pediu vistas do processo no início da reunião. Admira sua posição. A presidente Renata Sunega avalia o que vai ser colocado em votação: 1º) não tombar absolutamente nada; 2º) tombamento global; 3º) tombamento parcial, fachada "art déco", compreendendo as duas torres, o espaço entre as torres, as escadas internas, a entrada principal e o salão nobre situado acima da referida entrada. O conselheiro Marcelo Juliano enfatiza que é a fachada e o bloco incluindo o salão nobre. A presidente Renata Sunega reafirma que o tombamento parcial se refere ao bloco fronteiro. O conselheiro Herberto Guimarães sugere que a votação seja através de voto por chamada. A sugestão é aceita por todos. A presidente começa a votação seguindo a lista de presença: 1. Ricardo Luiz Bueno Ferrari: parcial; 2. Luis M. Yabiku: parcial; 3. Cláudio Natal Orlandi: parcial; 4. Rosana Guimarães Bernardo: global; 5. Flávio Gordon: global; 6. Daisy Serra Ribeiro: parcial; 7. Luís Fernando Amaral Binda: parcial; 8. Mirza Maria Baffi Pellicciotta: se abstém; 9. Marcelo Alexandre Juliano: parcial; 10. Jamil Cury Sawaya: parcial; 11. André Munhoz Argollo Ferrão: global; 12. Jorge Alves de Lima: global; 13. Sérgio Galvão Caponi: se abstém; 14. Regina Márcia Moura Tavares: parcial; 15. Renato Ferraz de Arruda Veiga: parcial; 16. Orlando Rodrigues Ferreira: parcial; 17. Welton Nahas Cury: parcial; 18. Armando de Almeida Filho: parcial; 19. João Manuel Verde dos Santos: parcial; 20. Neiva Sueli Pivetta: parcial; 21. Mariana Lemos Saldini: parcial; 22. Roberto Curcio de Carvalho: parcial; 23. Roberto Baldin Simionatto: parcial; 24. Olga R. de Moraes Von Simson: parcial; 25. Adriana Flosi: parcial; 26. Herberto Aparecido Guimarães: parcial. Com 04 votos para o tombamento total, 02 votos de abstenção e 20 votos para o tombamento parcial, O Conselho **APROVOU o Tombamento do Processo nº. 001/11 – "Estádio Moisés Lucarelli"** da Associação Atlético Ponte Preta – localizado no Bairro Ponte Preta - **fachada "art déco", compreendendo as duas torres, o espaço entre as torres, as escadas internas, a entrada principal e o salão nobre situado acima da referida entrada. c - Apresentação de Estudo para Tombamento do Processo nº. 028/04 – "Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande"** – localizado no Distrito de Joaquim Egídio. Apresentação pela arquiteta Sandra Geraldi Milne-Watson, técnica da CSPC. O Conselho **solicitou que a apresentação de Estudo para o Tombamento do Processo nº. 028/04 – "Conjunto Arquitetônico da Usina Salto Grande"** – localizado no Distrito de Joaquim Egídio **seja feita na próxima reunião. / d- Protocolado nº. 11/10/25167 PG.** Interessado: ACS Construção e Incorporação Ltda. Assunto: execução de restauro a ser feito no Antigo Sanatório Santa Isabel – Processo de Tombamento nº. 010/01, situado à Rua Abolição nº. 1000, conforme projeto aprovado pelo CONDEPACC através do protocolado nº. 09/10/31562 PG. O Conselho **tomou ciência da aprovação já referendada pelo Conselho** da execução de restauro a ser feito no Antigo Sanatório Santa Isabel – Processo de Tombamento nº. 010/01, situado à Rua Abolição nº. 1000, conforme projeto aprovado pelo CONDEPACC através do protocolado nº. 09/10/31562 PG. / **e - Homologação de aprovação "ad referendum" – Protocolado nº. 11/10/16581.** Interessado:

Rodrigo Uchoa Luna. Assunto: solicitação para demolição de imóvel situado à Rua Bernardino de Campos nº. 258, lote 08, QT. 62, bem indicado para preservação total da fachada e volumetria, conforme Resolução nº. 04/90 (FEPASA). Parecer favorável à demolição uma vez que o imóvel está descaracterizado e não está integrado aos bens em Estudo de Tombamento do Inventário do Centro. O Conselho **HOMOLOGOU a aprovação "ad referendum"** de demolição de imóvel situado à Rua Bernardino de Campos nº. 258, lote 08, QT. 62, conforme parecer favorável da CSPC à demolição uma vez que o imóvel está descaracterizado e não está integrado aos bens em Estudo de Tombamento do Inventário do Centro. **REFERENDO DO CONSELHO – Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 01 – Ofício nº. 052/2011 e 059/2011.** Interessado: ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas. Assunto: solicitação de afastamento da rede elétrica próxima à edificação e retirada de Caixa da Telefônica posicionada na calçada do prédio tombado – Processo de Tombamento nº. 004/10 – Conjunto Arquitetônico de Edifícios Verticais em estilo Art Déco – Edifício da Associação Comercial de Campinas. Parecer favorável da CSPC uma vez que tais intervenções são benéficas por propiciarem uma melhor leitura e visibilidade do bem tombado e por não constar na Resolução nº. 111/2010 nada que impeça as intervenções solicitadas. O Conselho **referendou ciência dada pela CSPC** uma vez que tais intervenções são benéficas por propiciarem uma melhor leitura e visibilidade do bem tombado e por não constar na Resolução nº. 111/2010 nada que impeça as intervenções solicitadas. / **02 – Protocolado nº. 11/08/01845 PCV (Câmara Municipal de Campinas).** Interessado: Paulo Shinji Oya. Assunto: solicitação para implantação de uma grande antena de TV (100 a 150 metros de altura) no Balão do Castelo, com o objetivo de centralizar as antenas retransmissoras de TV em todo o Município. Bem tombado (processo nº. 002/98) conforme Resolução nº. 70 de 23 de junho de 2008. Parecer da CSPC: **Qualquer intervenção pretendida na área em questão deverá ser precedida de projeto arquitetônico em escala, detalhado, com mapa de localização, situando o que se pretende com relação ao bem tombado, assim como deverá ser apresentado memorial descritivo. O material solicitado deverá ser encaminhado ao CONDEPACC para apreciação.** O Conselho **referendou ciência dada pela CSPC de que: Qualquer intervenção pretendida na área em questão deverá ser precedida de projeto arquitetônico em escala, detalhado, com mapa de localização, situando o que se pretende com relação ao bem tombado, assim como deverá ser apresentado memorial descritivo. O material solicitado deverá ser encaminhado ao CONDEPACC para apreciação.** **REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres favoráveis da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 03 – Protocolado nº. 11/10/24270 PG.** Interessado: Almeida e Barreto Engenharia Ltda. Assunto: solicitação de retirada de área de 30 m "non aedificandi" em torno da Mata Ciliar do Córrego localizado na Gleba 02 - Fazenda São José do Cuscuzeiro. Parecer favorável da CSPC ao solicitado já que a referida Mata Ciliar não está em Estudo de Tombamento no Processo nº. 04/03 nem protegida por qualquer legislação do CONDEPACC. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC ao solicitado já que a referida Mata Ciliar não está em Estudo de Tombamento no Processo nº. 04/03 nem protegida por qualquer legislação do CONDEPACC. / **04 – Protocolado nº. 11/10/18285 PG.** Interessado: Renato Muller. Assunto: solicitação para demolição de barracão à Rua Barão de Parnaíba nº. 695, esquina com a Avenida Barão de Itapura, QT. 112, lote 08, Bairro Botafogo – bem em Estudo de Tombamento – Processo nº. 036/08, pois o mesmo precisa de intervenção para garantir a segurança do telhado e da fachada, e assim, não colocar em risco os pedestres e veículos que circulam pelo local. **Parecer da CSPC: para o**

local pode ser dado o seguinte procedimento: 1. Solicitar ao proprietário a colocação de escoramentos e fechamentos para garantir que não ocorram desabamentos; 2. O proprietário deverá encaminhar projeto detalhado referente às intervenções necessárias bem como a recuperação do imóvel. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer da CSPC de que para o local **pode ser dado o seguinte procedimento: 1. Solicitar ao proprietário a colocação de escoramentos e fechamentos para garantir que não ocorram desabamentos; 2. O proprietário deverá encaminhar projeto detalhado referente às intervenções necessárias bem como a recuperação do imóvel. /**

05 – Ofício GOP 46/022/11. Interessado: EE Carlos Gomes. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de cobertura de Quadra Poliesportiva na EEPSC Carlos Gomes, situada na Avenida Anchieta, Centro, tombada pelo CONDEPACC de acordo com a Resolução nº. 27/97 – Processo de Tombamento nº. 003/97. Parecer favorável da CSPC ao pretendido, pois a quadra coberta está devidamente afastada do prédio tombado (as duas quadras de esporte descobertas serão substituídas pela quadra coberta, que será instalada paralela ao alinhamento lateral do prédio a uma distância de 16,30 m do bem tombado). O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC ao pretendido, pois a quadra coberta está devidamente afastada do prédio tombado (as duas quadras de esporte descobertas serão substituídas pela quadra coberta, que será instalada paralela ao alinhamento lateral do prédio a uma distância de 16,30 m do bem tombado). / **06 – Protocolado nº. 11/10/15595 PG.** Interessado: Maurício Bernardo Duarte. Assunto: solicitação para instalação de equipamento publicitário em Imóvel tombado pelo CONDEPACC, conforme Resolução nº. 67/2008 – Conjunto Arquitetônico do Cambuí – Processo nº. 013/01. Parecer favorável da CSPC quanto à instalação de um novo totem publicitário no Centro Cultural Brasil - Estados Unidos, com dimensões do anúncio e localização no lote que satisfazem plenamente as possibilidades de visibilidade e leitura do bem tombado. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC quanto à instalação de um novo totem publicitário no Centro Cultural Brasil - Estados Unidos, com dimensões do anúncio e localização no lote que satisfazem plenamente as possibilidades de visibilidade e leitura do bem tombado. / **07 - Protocolado nº. 11/10/17901 PG.** Interessado: Associação Atlética Ponte Preta. Assunto: solicitação para reforma geral na cobertura do sócio Torcedor camisa 10 Vip, por apresentar sinais de quebra, ferrugens, parafusos, porcas e arrebites soltos – Processo de Estudo de Tombamento nº. 001/11 – Estádio Moisés Lucarelli. Parecer favorável da CSPC pela necessidade e urgência das intervenções pretendidas na cobertura do sócio torcedor camisa 10 Vip. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC pela necessidade e urgência das intervenções pretendidas na cobertura do sócio torcedor camisa 10 Vip. / **08 – Protocolado nº. 11/10/18337 PG.** Interessado: Wilson Donizete Garcia. Assunto: solicitação para regularização de área de lazer institucional à Rua Teodoro Oliva nº. 138, lote 02, QT. 706, área em estudo de Tombamento – Processo nº. 03/04 – Bairro Nova Campinas. Parecer favorável da CSPC por se tratar de regularização de área térrea (46,23 m²). O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC por se tratar de regularização de área térrea (46,23 m²). / **09 – Protocolado nº. 11/10/18338 PG.** Interessado: Wilson Donizete Garcia. Assunto: solicitação para regularização de ampliação institucional à Rua Dr. José Ferreira de Camargo nº. 951, lote 03, QT. 706, área em estudo de Tombamento – Processo nº. 03/04 – Bairro Nova Campinas. Parecer favorável da CSPC por se tratar de regularização de área do subsolo e do pavimento superior (157,40 m²) sem alteração do gabarito da edificação. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC por se tratar de

regularização de área do subsolo e do pavimento superior (157,40 m²) sem alteração do gabarito da edificação. / **10 – Protocolado nº. 11/10/20063 PG.** Interessado: José Antonio Lacatelli Coiado. Assunto: solicitação para colocação de subcobertura no telhado do prédio situado à Rua José Paulino nº. 1359, QT. 149, bem tombado pelo CONDEPACC de acordo com a Resolução nº. 22/1995 – Processo de Tombamento nº. 007/94 – Antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus. Parecer favorável da CSPC por se tratar de obra de manutenção e para evitar goteiras no interior da edificação; caso seja necessária a troca de telhas deverão ser utilizadas novas de mesmo modelo e cor. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC por se tratar de obra de manutenção e para evitar goteiras no interior da edificação; caso seja necessária a troca de telhas deverão ser utilizadas novas de mesmo modelo e cor. / **11 – Protocolado nº. 11/10/23152 PG.** Interessado: Shunzo Sakuma. Assunto: solicitação para demolição de imóvel situado à Rua Regente Feijó nº. 566, Centro – área envoltória da Resolução nº. 32/95 – Externato São João. Parecer favorável da CSPC quanto à demolição, pois o imóvel em questão está inserido em área envoltória do bem tombado – Externato São João, Resolução nº. 32/95, mas não está protegida pela legislação do CONDEPACC, nem é lindeira a imóvel em estudo de tombamento. O Conselho **referendou e aprovou** conforme parecer favorável da CSPC quanto à demolição, pois o imóvel em questão está inserido em área envoltória do bem tombado – Externato São João, Resolução nº. 32/95, mas não está protegida pela legislação do CONDEPACC, nem é lindeira a imóvel em estudo de tombamento. **REFERENDO DO CONSELHO ao parecer contrário da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 12 - Protocolado nº. 11/10/15928 PG.** Interessado: Elias Jorge Nordi Jorge. Assunto: solicitação para regularização de construção comercial à Rua Ferreira Penteado nº. 494, lote 16, QT. 1059, Centro, bem em estudo de tombamento pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 017/08. Parecer contrário da CSPC, pois a área com frente para a Rua Ferreira Penteado é ocupada por dois comércios e prejudicam a visibilidade do bem em Estudo de Tombamento. O Conselho **referendou o parecer contrário da CSPC**, pois a área com frente para a Rua Ferreira Penteado é ocupada por dois comércios que prejudicam a visibilidade do bem em Estudo de Tombamento. Nada mais havendo, a presidente Renata Sunega agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 16 de junho de 2011.